



Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

Sub-eixo: Estado, políticas sociais e movimentos sociais.

MOVIMENTOS SOCIAIS E DISPUTA ÉTICO-POLÍTICA NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIA CLARIÇA RIBEIRO GUIMARÃES¹

Resumo: Considerando a reatualização da “cultura da crise” e as novas formas de articulação das classes dominantes mobilizadas neste contexto, objetiva-se analisar o substrato político-ideológico de algumas das principais reivindicações do Movimento Brasil Livre (MBL) como um dos principais sujeitos coletivos presentes na cena pública que aglutina e representa os interesses dominantes. Para tanto, procede-se à revisão bibliográfica e pesquisa documental em materiais produzidos pelo referido movimento. Desse modo, observa-se explicitamente a defesa da dualidade privatização e repressão como alternativa para as políticas públicas, o que permite concluir que se trata na realidade da defesa da não política.

Palavras-chave: Crise; MBL; Políticas Públicas.

Abstract: Considering the re-actualization of the "crisis culture" and the new forms of articulation of the dominant classes mobilized in this context, the objective is to analyze the political-ideological substratum of some of the main demands of the Free Brazil Movement (MBL) as one of the main collective subjects present on the public scene that brings together and represents the dominant interests. To do so, we proceed to the bibliographical review and documentary research on materials produced by said movement. In this way, the defense of duality privatization and repression as an alternative to public policies is explicitly observed, which leads to the conclusion that it is a question of defending non-politics.

Keywords: Crisis; MBL; Public policy.

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais das classes subalternas são considerados em nossa perspectiva como sujeitos coletivos que, no cotidiano da sua organização, conferem densidade política à questão social. Assim, não nos parece possível tecer elaborações sobre estes sujeitos sem nos apropriarmos das necessidades e demandas sociais que buscam evidenciar na cena pública por meio de reivindicações dirigidas ao Estado e da disputa entre projetos societários.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: <clarica.ribeiro@gmail.com>

Porém, não sendo os movimentos sociais exclusivamente organizados na perspectiva das classes subalternas, mas também das classes dominantes, objetivamos analisar o substrato político-ideológico de alguma das principais reivindicações do Movimento Brasil Livre (MBL) como um dos principais sujeitos coletivos presentes na cena pública que aglutina e representa os interesses dominantes, bem como identificar e apresentar as proposições deste movimento para as políticas públicas e as possíveis consequências do atendimento dessas reivindicações para os trabalhadores brasileiros. Para tanto, além de revisão bibliográfica, realizamos também pesquisa documental, a qual envolveu sobretudo a análise do documento “Contribua – Movimento Brasil Livre”, disponível no site mbl.org.br, e análise do documento intitulado “Propostas de Políticas Públicas do MBL”, aprovado no I Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre, em novembro de 2015. Documento revelador da leitura que o referido Movimento faz da realidade brasileira e da lógica que o fundamenta em sua ação política, a qual no nosso entendimento deve ser situada no contexto da ortodoxia neoliberal e da agenda contemporânea do capital.

2 ORTODOXIA NEOLIBERAL E REATUALIZAÇÃO DA “CULTURA DA CRISE”

É praticamente consensual entre os diversos analistas da perspectiva histórico-dialética que as profundas transformações societárias em curso a partir da década de 1970, momento em que a crise capitalista irrompeu de forma mais acentuada, redesenharam amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo. Afinal, mais do que uma crise cíclica, trata-se na caracterização de Mészáros (2010) de uma crise universal em termos de alcance; global no que se refere aos territórios que atinge; permanente em escala de tempo e rastejante em seus desdobramentos.

Sendo assim, para além de um projeto teórico de reorganização do capitalismo internacional, defende Harvey (2013) que, dentre os muitos aspectos do projeto neoliberal, predominou sobremaneira a condição do neoliberalismo de projeto político de restauração do poder das elites econômicas com base no reestabelecimento das condições de acumulação do capital, as quais haviam entrado em colapso nos anos 1970 com a queda da taxa de juros e os parcos dividendos e lucros, pós derrocada do denominado liberalismo embutido que já vinha se desenhando internacionalmente desde o final dos anos 1960.

A reação das elites à crise e, por decorrência dessa reação, a alternativa neoliberal como resposta para a queda da acumulação do capital consistiu também em reação política à conquista crescente de influência das forças de esquerda no âmbito do Estado e as frequentes agitações por reformas e intervenções estatais. Tratava-se, portanto, na brilhante síntese de Harvey (2013), do neoliberalismo como potencial antídoto para ameaças à ordem social capitalista e como solução para as mazelas do capitalismo.

Afinal, não somente os efeitos do *Welfare State* eram tidos como 'perigosos', mas sobretudo o impulso que o contexto possibilitou à politização de demandas e necessidades sociais por parte dos movimentos populares ao reivindicarem uma cobertura cada vez maior e mais profunda no âmbito do Estado, interessando assim aos setores dominantes uma reação contundente o bastante para agir como freio aos amplos processos participativos suscitados no âmbito da luta de classes.

Na perspectiva de Harvey, compreende-se, assim, o Estado neoliberal como tipo particular de aparelho de Estado capaz de proporcionar condições absolutamente favoráveis à acumulação lucrativa de capital, sobretudo das multinacionais e do capital financeiro, travestidas de meras defesas das liberdades individuais, a qual na concepção neoliberal, vale lembrar, somente é garantida via liberdade de mercado, afinal, conforme famosa declaração de Margareth Thatcher retomada em Harvey (2013, p. 32), "a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais".

Ironizar com a referida citação não significa nenhuma negação da liberdade de expressão e de escolha individual. Trata-se, outrossim, de equacionar sob qual perspectiva falamos em liberdade, sabendo que, do ponto de vista neoliberal, não passa de: “[...] plenitude da liberdade para aqueles que não precisam de melhoria em sua renda, seu tempo livre e sua segurança, e um mero verniz de liberdade para o povo, que pode tentar em vão usar seus direitos democráticos para proteger-se do poder dos que detêm a propriedade” (HARVEY, 2013, p. 46).

Dentre as principais questões objeto da defesa neoliberal enquanto “teoria das práticas político-econômicas” destacam-se: o bem-estar humano a partir do empreendedorismo individual e o papel do Estado restrito à garantia do funcionamento pleno dos mercados, assim como da criação e ampliação dos mesmos, inclusive via mercadorização de direitos, políticas e serviços sociais. Importa notar, todavia, que não se trata simplesmente de ‘menos Estado’, mas de uma determinada configuração de Estado que assegure as condições de (re)produção do capital.

Outrossim, são por demais conhecidas da bibliografia crítica as implicações e transformações provocadas pelo neoliberalismo no campo do trabalho, do Estado, das políticas sociais, da cultura e da organização política da classe trabalhadora, até porque na proporção em que a crise do capital – de natureza fundamentalmente estrutural – estende-se a uma verdadeira crise de dominação em geral (MÉSZÁROS, 2010), esta manifesta seus efeitos em todos os quadrantes da vida social.

Efeitos engendrados no âmbito da reação burguesa à crise do capital iniciada nos anos 1970 e que são, diga-se de passagem, reveladores do sentido e da direção das transformações econômicas, políticas e sociais em curso, a exemplo da contrarreforma do Estado – a qual tem a reestruturação produtiva e a mundialização como propulsoras das suas linhas gerais - , do investimento nas estratégias agressivas de aumento da produtividade do trabalho (leia-se: intensificação dos mecanismos de exploração dos trabalhadores) e da agudização da questão social. Aliás, mais do que uma

implicação do neoliberalismo, a desigualdade social crescente é uma condição estruturante deste projeto.

Iniciativas que o capital não apenas deseja implementar, como objetiva fazê-lo de forma inclusive a atribuir a tais medidas uma conotação positiva – sob o argumento de serem indispensáveis ao enfrentamento da crise econômica – mobilizando para tanto a construção da denominada cultura política da crise (MOTA, 2015), haja vista crise orgânica não necessariamente significar crise de hegemonia e disso decorre a acertada suposição de Mota de que a crise gera uma cultura política expressiva de como as classes sociais a enfrentam, a qual está na base da sustentação da hegemonia do capital.

A respeito do que se está designando como cultura da crise, Mota toma esta tarefa sob dois ângulos necessariamente associados: a difusão do pensamento privatista e a constituição do cidadão-consumidor, isto é, do exercício de uma cidadania limitada aos que possuem a condição particular de consumidores.

O cerne temático e nuclear em termos de conteúdo ideológico basilar à cultura da crise está na noção amplamente difundida pelos setores dominantes – vale lembrar que entre estes a mídia cumpre papel fundamental – de que a crise afeta indistintamente ao conjunto da sociedade, exigindo, portanto, uma saída igualmente conjunta, numa perspectiva de diluição dos conflitos e antagonismos entre as classes na qual prevalece o discurso entorpecedor de que, em tempos de crise, todos precisamos fazer sacrifícios.

Ocorre que diferente do discurso dos vulgos sacrifícios a serem recompensados, o qual conta também com a funcionalidade de se perceber trabalhador e capitalista apenas como indivíduos – apartados de sua fundamental condição de classe - nem todos sofrem com a crise da mesma forma. As repercussões da crise para cada classe e as estratégias das quais cada uma se vale para enfrenta-la são extremamente desiguais, com as classes subalternas sendo fortemente penalizadas pelas medidas de enfrentamento a uma crise que sequer foi por elas tecida, a exemplo dos muitos cortes operados em políticas e direitos sociais.

Tais transformações têm estreita conexão tanto com a materialidade da vida dos sujeitos quanto com a sua subjetividade (TONET, 2009), dimensões de profundo imbricamento entre elas. Ambas vêm sendo cada vez mais degradadas, como decorrência inevitável da reprodução do capital.

No âmbito das necessidades materiais, as manifestações da crise atual do capital têm posto em evidência um imenso cortejo de negação de condições de vida dignas, dado o não acesso ou acesso extremamente precário a direitos sociais básicos e elementares, acompanhado de políticas públicas predominantemente emergenciais e focalizadas.

O resultado disso é um quadro de desmobilização da organização dos(as) trabalhadores(as) e despolitização das políticas públicas, “[...] visto que não é necessária nenhuma reivindicação ou organização dos trabalhadores para ser ‘beneficiário’ da política social focalizada, mas sim ser e manter-se pobre ou miserável” (DURIGUETTO, 2009, p. 59).

Ademais, em que pese a classe trabalhadora nunca ter sido uma classe homogênea, é inegável que as transformações societárias recentes comprometeram também o grau de unidade e de identidade no interior da classe. Com efeito, dentre outros mecanismos, a própria “[...] focalização divide os trabalhadores em diferentes categorias (miseráveis, pobres) e estimula a disputa no âmbito interno da classe trabalhadora para a entrada nos programas de transferência de renda” (DURIGUETTO, 2009, p. 59), dificultando sobremaneira o processo de mobilização e organização da classe trabalhadora, cada vez mais abandonado em detrimento da mobilização da ‘solidariedade’ individual e voluntária.

No tocante às manifestações da crise do capital no âmbito da subjetividade dos indivíduos, dimensão de necessário enfrentamento, o professor Ivo Tonet nos ajuda a elucidar o debate por meio da explicitação das expressões socioculturais que marcam a crise da sociabilidade capitalista atual, ao fazer referência à efemeridade e a perenidade; ao desmesurado aumento do fundamentalismo religioso e do salvacionismo; e ao individualismo exacerbado, circunscritas à esfera do modo de ser e pensar, amplamente difundido, segundo o qual ao mesmo tempo em que parece nada existir de

estável, também se tem a convicção de que esta sociabilidade atingiu um patamar insuperável.

Diante da aparente ausência de soluções para o lastro de problemas cotidianos com os quais os indivíduos se deparam, “[...] o indivíduo, desconhecendo a lógica que levou a esse resultado [...] sente-se impotente (para compreender e para intervir e mudar) e desvalido. Sua reação é buscar soluções para além desse mundo, em poderes fora da realidade humana ou natural” (TONET, 2009, p. 119), o que tem provocado o desmesurado aumento do misticismo e da religiosidade mais primária.

À lógica salvacionista como fator que contribui para a desmobilização, agrega-se a convicção individualista, em um evidente reforço às análises que advogam não serem viáveis as soluções coletivas e que, portanto, a solução dos problemas somente pode ser encontrada no plano individual. Nesta concepção, os sucessos ou fracassos na vida dependem dos próprios indivíduos, considerados isoladamente. Reeditam, assim, o liberalismo e atuam no sentido da verdadeira legitimação da barbárie.

Nesse sentido, defendemos que a cultura da crise, nos termos de Mota (2015), permanece sendo uma categoria-síntese fundamental para desvendar o cenário contemporâneo, sob o horizonte de apanhar os elementos de continuidade e ruptura do momento presente, na sua relação com o passado e construção do futuro.

Importa destacar, todavia, que dado os desenvolvimentos geográficos desiguais do neoliberalismo no cenário mundial (HARVEY, 2013), embora o espraiamento da perspectiva neoliberal tenha se processado de modo bastante acelerado não ocorreu uniformemente em todos os países nem na mesma quadra histórica, haja vista o ajuste operado se particularizar pela formação social de cada país, contando, evidentemente, com a colaboração da classe dominante local.

Tendo o Chile como marco em termos de primeira experiência, nos anos 1970, e a subsequente inserção do neoliberalismo na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, nos anos 1980, sob a égide dos governos de Pinochet, Thatcher e Reagan, respectivamente, sendo especialmente estes últimos dois

grandes marcos na consolidação da ortodoxia neoliberal no âmbito do Estado, na particularidade brasileira a adoção do neoliberalismo somente ocorreu nos anos 1990, capitaneado pelo governo Fernando Collor de Melo.

Desse modo, analisar a inserção e implicações do neoliberalismo no Brasil, desvelando suas particularidades, pressupõe considerar as mediações estabelecidas na formação econômica, política, social e cultural do país.

3 AGENDA CONTEMPORÂNEA DO CAPITAL E MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONJUNTURA BRASILEIRA

Mesmo a noção de ‘revolução burguesa’ na realidade brasileira sendo objeto da contestação de outros autores, consideramos que a interlocução com o pensamento de Florestan Fernandes nos fornece pistas significativas para a compreensão de como a particularidade histórica do país repercute nos traços gerais que delineiam o capitalismo contemporâneo ao ponto de ser determinante para transformações societárias mais ou menos regressivas, com maior ou menor profundidade, consideradas evidentemente a diretiva de classe que hegemoniza as decisões no âmbito do Estado e as escolhas políticas dos governos em sua relação com as classes sociais.

Ao discutir o modelo autocrático-burguês de transformação capitalista, Florestan destaca como marcas estruturais do capitalismo brasileiro: a heteronomia e aceitação dos controles estrangeiros na vida econômica do país; os valores conservadores, particularistas e elitistas de uma burguesia incapaz de realizar as tarefas democráticas inconclusas no país, em que pese tal expectativa já ter sido ilusoriamente alimentada pelo campo da esquerda; e, por fim, o caráter autocrático do exercício do poder político, de modo a não tolerar ‘manifestações dos de baixo’, o que não significa ausência de lutas e resistências. Ao contrário, ações combativas foram articuladas por diversos movimentos populares no decurso da formação sócio histórica do país e também no período recente.

Tiveram grande repercussão no último período (inclusive pela quantidade de sujeitos que envolveu) os atos que ficaram conhecidos como “jornada de junho”. Há quem diga que desde as campanhas das Diretas Já, na década de 1980, não tínhamos mobilizações de rua tão vigorosas, inclusive abalando significativamente a popularidade do governo Dilma, até então, para muitos, intocável. O reajuste do preço das tarifas do transporte público foi o motivo principal das manifestações que ocorreram em junho, levando milhares de pessoas às ruas e, nesse sentido, a questão urbana esteve no centro da insatisfação social geradora das mobilizações do último período.

Até porque as contradições do Brasil contemporâneo se expressam como contradições do processo de produção do espaço, geradoras de novas dinâmicas urbanas em tempos de mundialização financeira, com suas incidências sobre as cidades e, em particular, sobre as condições de moradia e de vida da classe trabalhadora. Especialmente porque desde os primeiros momentos da urbanização brasileira, o interesse predominante das elites voltou-se para a construção de uma nova imagem da cidade, produzida por meio de grandes intervenções urbanas que afastassem e escondessem a pobreza do horizonte dos outros países e do seu próprio olhar.

Ademais, as intervenções implementadas nas cidades brasileiras, na preparação para a realização de megaeventos esportivos no país (a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016), foram exemplares da complexificação da questão urbana no Brasil. Tais intervenções e obras previstas nos projetos dos citados megaeventos constituíram alvo de denúncias constantes de violação aos direitos humanos, especialmente por parte dos Comitês Populares da Copa e movimentos e associações diversas articuladas pelos atingidos por estas obras, fazendo com que a violação de direitos humanos no contexto da copa 2014 também estivesse na ordem do dia em ocasião das manifestações e protestos realizados em junho.

Portanto, não é verdadeira a ideia de que as ruas foram ocupadas em junho apenas por uma massa conservadora e reacionária, ainda que inexistam dúvidas quanto à heterogeneidade que caracterizou o perfil dos sujeitos individuais e coletivos presentes e, em decorrência, a evidente disputa de

direção social das manifestações articuladas nas jornadas de junho, por diferentes setores da esquerda - tendências governistas diversas, seguimentos adeptos da ação direta e movimentos e organizações mais consolidadas no campo político - e da direita, na sua tentativa de impor aos atos um caráter despolitizado e moralizador, aproveitando o espaço das ruas para favorecer a ascensão do reacionarismo.

Reacionarismo este que ganha ainda mais espaço entre nós a partir da conjuntura aberta pelo impeachment da presidenta Dilma, em 31 de agosto de 2016, o qual foi antes de tudo uma vitória das forças à direita do PT (BRAZ, 2017). Aparentemente construído da noite para o dia e de desfecho inesperado, na realidade, o cenário favorável ao golpe² foi paulatinamente articulado e muito bem preparado durante uma sequência de anos, a partir de diversos aspectos conjunturais e estruturais presentes na realidade brasileira, os quais acionaram ainda uma crise interna na denominada frente neodesenvolvimentista a partir do ingresso da alta classe média nas manifestações de rua e das diversas associações empresariais que até então apoiavam os governos do PT e no decorrer de 2015 passaram a protagonizar o golpe institucional, tendência da qual a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) é a principal ilustração (BOITO, 2016).

Todos estes elementos, acrescidos ainda do falso conflito criado em torno da luta contra a corrupção e o interesse em moralizar a política advindo de movimentos pretensamente espontâneos, confluíram para a instauração do golpe de Estado pseudolegal, prática que parece ser a nova estratégia das oligarquias latino-americanas (LOWY, 2016). No caso brasileiro, particularizado pelo impedimento de uma presidenta legitimamente eleita sem crime de responsabilidade identificado e, portanto, instaurado sob a marca da inexistência de motivo legal para o impeachment, haja vista que inclusive as

² Face a polêmica sobre este processo constituir-se ou não como golpe, corroboramos com a análise de Braz (2017, p. 89) quando afirma: “não achamos que isso se constitui num *golpe clássico*, uma vez que se desenvolve sem rupturas institucionais significativas. Ao contrário, ocorre dentro do funcionamento regular das instituições democráticas burguesa, ou seja, com o aval da Justiça e do Legislativo. O impeachment vem se constituindo recentemente, em especial na América Latina, numa forma ‘democrática’ de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem ou os contrariam em alguma medida. As deposições de governos latino-americanos ‘inconvenientes’ não têm resultado na instalação de ditaduras apoiadas nas forças militares e são feitas com rasgados discursos que apelam ao ‘republicanismo’ e, claro, à democracia”.

denominadas pedaladas fiscais – prática recorrente nos mais diversos governos, incluindo todos os anteriores – não são constitucionalmente compreendidas como crime.

Chama-nos atenção nesse processo o crescimento da articulação política das diversas frações da burguesia e a mudança no perfil da direita brasileira que para além da defesa institucional-parlamentar dos seus interesses de classe passa a ocupar e disputar com a esquerda o espaço das ruas, no intuito de legitimar suas pautas também na cena pública, configurando mais uma tática do processo de construção da hegemonia burguesa.

Assim, em função da nova correlação de forças que se estabeleceu na sociedade, recria-se, no Brasil da década 10 do século XXI, as disputas políticas e ideológicas que caracterizam o embate entre classes antagônicas, sendo o Movimento Brasil Livre (MBL) apenas uma dentre as tantas expressões organizativas da direita que têm tomado forma no último período, mas provavelmente a expressão que mais tem tido inserção no campo da juventude³.

4 AS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DAS CLASSES DOMINANTES: O MBL EM QUESTÃO

A articulação do MBL, presente nas ruas desde as jornadas de junho de 2013, com suas pautas anticorrupção, tornou-se mais amplamente conhecida pelas manifestações a favor do impeachment da presidenta Dilma, momento político em que se construiu nacionalmente como uma das novas lideranças que surgiam naquele contexto, ao lado de grupos como “Vem pra Rua” e “Revoltados Online”. Enquanto estes dois últimos apresentavam vínculos mais

³ Não custa lembrar a centralidade que tanto as tendências de esquerda quanto às de direita atribuem à força política organizada da juventude, conforme Ianni (1968): “A história do regime capitalista *tem sido a história do advento político da juventude*. Em cada país em que se desenvolve o sistema capitalista de produção, os jovens assumem importância crescente no campo da ação política. Para instaurar-se ou durante o seu desenvolvimento, o capitalismo *transforma de maneira tão drástica as condições de vida* dos grupos humanos que a juventude se torna rapidamente um elemento decisivo dos movimentos sociais, em especial das correntes políticas de direita e de esquerda. E são nessas duas polarizações que a singularidade do comportamento político do jovem se tem revelado mais abertamente [...]” (p. 225).

visíveis com tradicionais partidos de direita no Brasil, a exemplo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ou revelavam muito facilmente seu caráter autocrático-burguês ao inserir nas suas pautas a reivindicação pela volta da ditadura militar no país, o MBL aparecia - e era assim descrito pela mídia - como uma articulação espontânea de jovens que resolveram deixar de ficar apenas nas redes sociais e manifestarem-se publicamente.

A enigmática origem do movimento, contudo, segundo Amaral (2016), estaria na estratégia de uma rede de fundações liberais, com sede nos Estados Unidos - a Atlas Network - em investir em cursos de formação de lideranças de direita na juventude de todo o mundo, principalmente da América Latina e da Europa Oriental, a qual a partir de uma das organizações que acompanhava, a Students for Liberty (SFL) ou Estudantes pela Liberdade (EPL) fez do MBL a sua “marca” no Brasil, construída a partir de um perfil específico das lideranças do movimento no país:

Ao contrário dos diretores do EPL, como Torres e Fábio Ostermann, um cientista político gaúcho que assessora o também jovem deputado estadual Marcel van Hatten (PP - RS), Kim [Kataguiri] não havia feito os cursos de formação de lideranças promovidos pela Atlas. Também não era filho de empresários militantes da direita, como o arquiteto Anthony Ling, filho de William Ling (dono do grupo Évora, um dos patrocinadores do Instituto Millenium, o principal *think tank* da direita brasileira), e financiador da campanha de Van Hatten. O que interessava aos líderes do EPL era a capacidade de Kataguiri de atrair os jovens de classe média nas redes, assim como Fernando Holiday, escalado para o papel de ‘negro contra as cotas para negros’ em debates e entrevistas para TV (AMARAL, 2016, p. 51).

Importa registrar, assim, que embora não se trate de uma articulação própria da direita brasileira (na medida em que há um caráter internacional da articulação que dá origem ao referido movimento), esta não se realiza apartada das relações com os sujeitos individuais e coletivos que a representam na proporção em que áudios recentemente vazados indicam que o financiamento da ação política do movimento e seus materiais de mobilização advém de partidos como PSDB, PMDB, DEM e Solidariedade (LOPE; SEGALLA, 2016), em que pese os partidos citados negarem qualquer autenticidade nesta informação.

No documento intitulado “Contribua – Movimento Brasil Livre”, publicizado na página oficial do movimento, o MBL autodeclara-se portador de duas tarefas fundamentais, desafios postos à sua ação política. A primeira, já dada como vitoriosa, referia-se “a luta contra o governo mais corrupto da história do país” (MBL, 2016, s/p). A segunda, qualificada como um desafio maior ainda, seria “reconstruir o país” (Op. Cit), pois de acordo com o Movimento:

Mais de uma década de governo petista fez o Brasil afundar. A educação, a saúde, a segurança, a economia e a política estão um caos. Precisamos pensar em reformas para todas essas áreas e utilizar todas as estratégias que funcionaram no processo de impeachment para pressionar o Congresso a aprová-las (MBL, 2016, s/p).

Ao demonstrar certa preocupação do Movimento em relação à militância de esquerda que também estaria nas ruas com suas pautas e bandeiras, o documento do MBL conclama seus apoiadores ao exercício de uma “cidadania vigorosa e atuante”, ao tempo em que ressalta os principais objetivos e enfrentamentos a serem realizados, a exemplo da transformação do “inchado e inoperante Estado brasileiro” e da “derrota das ideias e práticas do PT”, posto que tão somente a “queda” do referido partido não bastaria. O caminho sinalizado para tanto consiste em “reformas que reduzam o Estado, reduzam os impostos e aumentem a liberdade”.

Todavia, será em um outro documento, desta feita intitulado “Propostas de Políticas Públicas do MBL”, que encontraremos esmiuçadamente as defesas, pautas e reivindicações do movimento para pelo menos 07 (sete) áreas: Educação, Saúde, Sustentabilidade, Reforma Política, Economia, Justiça, Transporte e Urbanismo, as quais expressam explicitamente a defesa da dualidade privatização e repressão como alternativa, além da responsabilização da sociedade civil face a desresponsabilização do Estado:

TABELA 1 – PROPOSTAS DO MBL PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

ÁREA	PRINCIPAIS PROPOSTAS
-------------	-----------------------------

Educação	Apresentação do Projeto de Lei “Escola sem Partido” em legislativos estaduais e municipais
	Benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. Os municípios e/ou estados fariam o cadastramento das crianças.
	Redução de impostos das escolas privadas
	Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar
	Gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas
	Desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas
Saúde	Facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica
	Adoção de um sistema de saúde similar ao alemão em substituição ao SUS: obrigatoriedade da contratação de um plano de saúde e fornecimento de plano gratuito para aqueles que não puderem pagar por um
Sustentabilidade	Abertura de mercado hospitalar a empresas estrangeiras
	Privatizar ou transformar em PPPs os serviços de saneamento básico dos municípios
Economia	Idealmente, no longo prazo, todos os bancos devem ser privatizados, porém o mais urgente é privatizar a Caixa Econômica Federal
	Revisão do capítulo econômico da Constituição (adotar a economia de mercado. Qualquer interferência do Estado deverá ser justificada e seus resultados, posteriormente avaliados).
	Substituição do FGTS atual que penaliza o trabalhador por um sistema facultativo de seguro privado para a demissão. Nesse caso o trabalhador poderia escolher entre várias alternativas oferecidas pelo sistema bancário privado
	A lei trabalhista deve ser modificada para que os acordos bilaterais se sobreponham aos direitos atuais. Ou seja, trabalhador passa a ter o direito de renunciar aos benefícios desde que aceite a negociação e que os direitos humanos constitucionais sejam respeitados
Justiça	Fim da função social da propriedade. A propriedade privada não pode ser relativizada
	Privatização de presídios
Transporte e Urbanismo	Privatização de linhas de metrô e VLT e criação de novas linhas por meio de PPPs

Fonte: Sistematização da pesquisadora (2018).

Trata-se da defesa de um Estado enxuto, mínimo e também penal. Aliás, como já anotara Antonio Gramsci (2002), quando ainda no cárcere, a

dominação capitalista, mesmo que apareça disfarçada sob uma roupagem de hegemonia, nem por isso passa a descartar as medidas coercitivas de repressão às resistências populares, embora nem sempre nos sejam nítidos os traços de continuidades e rupturas entre uma medida e outra. Em geral, o braço coercitivo do capital se faz presente e atuante justamente nos momentos de eclosão de grandes acirramentos políticos e de confronto à sua hegemonia, momentos expressos, sobretudo, nas ocasiões em que os conflitos de classe ganham as ruas em forma de protestos, reivindicações e politização das demandas e dos interesses do trabalho.

Não por acaso, o grau de consenso ou de coerção adotado é definido pelo nível de acirramento dos conflitos classistas, isto é, quanto maior a capacidade de dominação ideológica do capital, mais reduzidos são os recursos coercitivos. Ademais, se por algum momento se intensifica o nível de consciência de classe e se ampliam as capacidades políticas e organizativas da classe trabalhadora em confronto com o capital, não tenhamos dúvidas: maior e mais ampla é, neste caso, a utilização dos mecanismos coercitivos. Isto porque a ação política dos movimentos sociais – urbanos e/ou rurais – constitui não apenas perigoso exemplo a atuar nas franjas da ação consciente, como a “[...] influir nesse espírito social disseminado que faz tantas vezes com que situações aparentemente calmas se vejam de súbito transtornadas por processos subjacentes em tempestades e tornados” (FON, 2008, p. 81).

No processo de criminalização dos sujeitos que se opõe e questionam, de alguma forma, o *status quo* revela-se o papel coercitivo do Estado na defesa dos interesses do capital. Quando as disputas entre as classes antagônicas assumem formatos mais violentos, não é o capital e sim o Estado que conduz os referidos conflitos, ao mesmo tempo em que aparece disfarçado como Estado autônomo e neutro (WOOD, 2005), o que não apenas denuncia ser a repressão às classes dominadas – via exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário – uma das funções do Estado, como também demonstra de modo mais evidente o seu compromisso com as classes dominantes, se desresponsabilizando para com as expressões da questão social, em sua dupla dimensão de desigualdade e rebeldia.

Contudo, não se trata de um simples retorno ao passado do tratamento da questão social como caso de polícia - e nisto temos acordo com Rodrigo Castelo (2009) - embora esteja constatado o progressivo aumento do exercício da violência policial, militar e paramilitar na contenção das tensões sócio-políticas. O que temos é, na realidade, um novo padrão de intervenção na questão social que, ao agregar elementos consensuais e coercitivos, hegemônicos e ditatoriais, não recorre apenas aos aparelhos policiais, mas também aos militares. Não se trata, nesse sentido, de nenhuma particularidade brasileira e sim de uma realidade expressa na organização popular latinoamericana, o fato de estarmos diante de uma verdadeira militarização da questão social no continente, com os conflitos políticos sendo gradativamente deslocados para o plano militar, realidade a respeito da qual exemplos exaustivos podem ser encontrados em Castelo (Op. Cit).

Nessa perspectiva, as defesas e propostas do MBL para as políticas públicas retratam, em larga medida, a histórica forma de tratamento da elite e das suas representações à questão social no Brasil, ficando subjacente que as propostas do referido movimento são na verdade supressão de direitos sociais inscritos na constituição de 1988, redução ou mesmo a não intervenção do Estado nas políticas públicas. Logo, é na realidade, a defesa da não política, visando gerar nichos lucrativos ainda maiores para o capital. Primeiro, a partir do entreguismo decorrente da antagonização entre negativização da esfera pública e positividade da esfera privada, sendo que a primeira é tida como o lugar da precariedade, corrupção e ineficácia e, a segunda, ao contrário, é identificada como o mundo da qualidade e da efetividade de bens e serviços. Segundo, a partir da privatização não mercantil das políticas sociais (PEREIRA-PEREIRA, 1996) na qual as expressões da questão social devem ser respondidas pelo caminho do chamado “terceiro setor”.

A agenda é, portanto, significativamente similar ao que vem sendo operado nos marcos do governo ilegítimo de Michel Temer com sua plataforma regressiva de derrocada de direitos dos(as) trabalhadores(as), acelerando ao máximo o processo contrarreformista no país. São muitas - e de todas as ordens - as medidas apresentadas nessa direção.

Na lúcida síntese de Braz (2017), tratam-se de medidas com finalidades específicas e bem definidas: retomada da dominação imperialista no Brasil, em condições as mais favoráveis; redução dos custos do trabalho ao mesmo tempo de aumento de sua produtividade média; retrocessos culturais e ideológicos, intensificando a ofensiva especialmente ao campo dos direitos humanos; e reconfiguração das políticas sociais com base na ortodoxia neoliberal, tornando-as ainda mais focalizadas, sobretudo no caso da seguridade social, posto que em tempos de crise, são as políticas que a conformam (saúde, previdência e assistência) que se constituem como alvos prioritários dos processos contrarreformistas (MOTA, 2015), dado o vínculo direto com os custos com a reprodução da força de trabalho, condição precípua para a acumulação do capital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente acreditávamos ser o MBL mais uma tática da direita brasileira para construção da hegemonia burguesa no país. Contudo, ao longo do movimento de investigação, deparamo-nos com alguns “achados” do processo de pesquisa que enriqueceram e ampliaram nossas formulações iniciais na medida em que desvelam o caráter internacional da articulação que dá origem ao referido movimento.

Outrossim, embora a sociedade de classes e a materialidade da crise econômica favoreçam bem mais às ideologias dominantes do que às de cunho crítico, nem por isso bandeiras e reivindicações contra hegemônicas deixam de ser pautadas na sociabilidade contemporânea: greves expressivas desde 2012 em diferentes setores e categorias, mobilizações por terra e moradia, ocupação de escolas e universidades em defesa da educação, diversas lutas indígenas, quilombolas, feministas, anti racistas e pela liberdade de orientação e expressão sexual. Ainda que estas manifestações não tenham conseguido, em

nossa análise, converter-se em projeto societário hegemônico, são fundamentais resistências à agenda regressiva da ortodoxia neoliberal.

REFERÊNCIAS:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do Serviço Social brasileiro. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 129. São Paulo: Cortez, 2017.

_____ ; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs). **Por que gritamos golpe?** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BOITO JR, Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs). **Por que gritamos golpe?** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 128. São Paulo: Cortez, 2017.

CASTELO, Rodrigo. As encruzilhadas da América Latina e a militarização da “Questão Social”. In: **Temporalis**, no 18. Brasília: ABEPSS, 2009.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe. In: **Temporalis**, nº 16. Brasília: ABEPSS, 2009.

_____ ; MARRO, Kátia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2005.

FON, Aton. Dimensão política dos direitos humanos. In: **Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 2000a, 2000b, 2001b e 2002. v. 1, 2, 3, 4 e 5.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4ª edição. São Paulo: Loyola, 2013.

IANNI, Otávio. O jovem radical. In: BRITO, S. de. **Sociologia da Juventude I: Da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **Construção da categoria**, mimeo, s/d.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo: estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LOPE, Pedro; SEGALLA, Vinicius. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment. Folha de São Paulo, 27 de maio de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1775543-audios-mostram-que-partidos-financiaram-mbl-em-atos-pro-impeachment.shtml>. Acesso em: 14 de abril de 2017.

LOWY, Michel. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs). **Por que gritamos golpe?** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MÉSZÁROS, István. **Atualidade histórica da ofensiva socialista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2015.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Contribua**. Disponível em: <http://mbl.org.br/>. Acesso em: 14 de abril de 2017.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. In: CONGRESSO NACIONAL DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 1., 2015. **Propostas aprovadas...** Nov. 2015. Disponível em: <http://mbl.org.br/propostas/>. Acesso em: 14 de abril de 2017.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Katálysis**, Florianópolis: UFSC, n. 12, 2009.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In: SERVIÇO Social, direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2005.